

# “SE VOCÊ APERTAR OK, VAI PAGAR SEM SABER”: NECROALGORITMIZAÇÃO E LETRAMENTOS DIGITAIS NA EJA

DOI:10.47677/gluks.v25i02.530

Recebido: 03/04/25

Aprovado: 01/08/25

ARAÚJO, Júlio<sup>1</sup>  
FERREIRA, Luís<sup>2</sup>  
FREITAS, Marcos Randall de Oliveira<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo investiga as percepções de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre os desafios e potencialidades dos letramentos digitais para idosos, considerando os impactos da necroalgoritmização. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada em um projeto de extensão voltado à formação continuada de docentes. Os dados analisados, obtidos em rodas de conversa, foram transcritos e organizados em categorias temáticas. A fundamentação teórica baseia-se em Ferreira (2024), sobre subcidadania educacional, Lankshear e Knobel (2007) e Kleiman (1995), no conceito de letramentos digitais críticos, e em Araújo (2025), na concepção de necroalgoritmização. Os resultados mostram que, apesar do potencial emancipatório do letramento digital, a falta de suporte crítico expõe idosos a exclusões sistêmicas, como endividamento involuntário, fraudes e dificuldades no acesso a serviços. A análise evidencia processos como a bancarização compulsória e a invisibilização algorítmica, demonstrando que os desafios vão além da inclusão tecnológica. Concluímos que os letramentos digitais na EJA configuram uma questão política e social, demandando políticas públicas voltadas para a justiça algorítmica e o direito à cidadania digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Necroalgoritmização, Letramentos digitais críticos, Subcidadania educacional, EJA.

## Introdução

Ser gente não é um estado fixo, mas uma luta cotidiana por reconhecimento e pertencimento. As “gentes da EJA”, conforme descritas por Ferreira (2024), são marcadas pela exclusão estrutural, pela subcidadania e pelos múltiplos apagamentos sociais que

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde atua no Departamento de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: [araujo@ufc.br](mailto:araujo@ufc.br)

<sup>2</sup> Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa da FUNCAP. E-mail: [luisferreira@unilab.edu.br](mailto:luisferreira@unilab.edu.br)

<sup>3</sup> Pós-Doutor em Humanidades pela UNILAB, membro do Grupo de Pesquisa em Discursos e Digitalidades (DIGITAL – UFC/CNPq). E-mail: [randall.ufc@gmail.com](mailto:randall.ufc@gmail.com)

atravessam suas trajetórias. Longe de serem meros “beneficiários” de uma política pública, essas pessoas carregam em si histórias de resistência contra a marginalização imposta por um sistema educacional que, por décadas, as relegou à invisibilidade. Como nos alerta esse autor, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é apenas um espaço de escolarização tardia, mas uma arena de disputa por direitos e por reconhecimento da dignidade humana. Nela, encontram-se sujeitos que, por diferentes razões, foram afastados do circuito educacional na infância e juventude, carregando consigo as marcas de um país que historicamente nega a muitos o direito básico de aprender a ler e a escrever.

A exclusão dos idosos da EJA vai além da privação escolar, estendendo-se à marginalização digital. Se antes a falta de escolarização os condenava à subcidadania, o avanço tecnológico aprofundou essa condição, dificultando o acesso a serviços bancários, auxílios sociais e comunicação digital. A necroalgoritmização (Araújo, 2025) evidencia como sistemas algorítmicos estruturam desigualdades, automatizando a exclusão por meio de sistemas financeiros e governamentais que não reconhecem esses sujeitos como cidadãos digitais.

Estudos demonstram que os sistemas digitais não são neutros, pois reforçam desigualdades preexistentes (Buolamwini; Gebru, 2018; Benjamin, 2019; Noble, 2021; Silva, 2022; Araújo, 2024). No contexto da EJA, isso se traduz em idosos impedidos de acessar auxílios por cadastros exclusivamente online, vítimas de golpes em transações bancárias ou excluídos da comunicação digital. Assim, o debate sobre letramentos digitais para idosos da EJA ultrapassa o aprendizado tecnológico, configurando-se como uma questão de cidadania e justiça social.

Diante desse cenário, é essencial compreender como os professores da EJA, atuantes nos municípios do Maciço de Baturité, percebem e relatam os desafios e potencialidades do letramento digital em suas práticas pedagógicas. Ao participarem dos cursos de formação do projeto de extensão “Vozes da EJA Brasil-África”, vinculado ao Observatório Vozes da EJA Brasil – África (UNILAB), esses docentes tornam-se não apenas mediadores do ensino, mas também testemunhas privilegiadas das dificuldades enfrentadas pelos idosos da EJA no uso das tecnologias.

A questão central deste estudo é: como os professores da EJA, participantes desse projeto de formação, percebem e relatam os desafios e potencialidades dos letramentos digitais para idosos nos municípios do Maciço de Baturité, considerando os processos de

necroalgoritmização que atravessam suas experiências no ambiente digital? Para responder a essa questão, realizamos uma análise qualitativa das falas docentes obtidas nas rodas de conversa do projeto, previamente transcritas de forma integral. Essas transcrições foram lidas de maneira exaustiva e organizadas em categorias temáticas que emergiram por recorrência e relevância para os objetivos do estudo, dialogando com os conceitos de subcidadania educacional, letramentos digitais críticos e necroalgoritmização apresentados na fundamentação teórica.

Esse processo analítico foi manual, envolvendo codificação aberta e posterior agrupamento das unidades de sentido em quatro eixos interpretativos: (1) digital como autonomia social e financeira; (2) memória digital como extensão da identidade; (3) medo da fraude e vulnerabilidade; e (4) bancarização compulsória do digital. Essa sistematização permitiu compreender de forma crítica como os professores da EJA percebem os desafios e potenciais dos letramentos digitais para idosos, evidenciando, nas próprias narrativas docentes, os impactos da exclusão algorítmica no cotidiano desses sujeitos. A partir dessa análise, contribuímos para o debate sobre justiça algorítmica e inclusão educacional, evidenciando como os idosos da EJA são impactados pela necroalgoritmização e como os professores enfrentam esse fenômeno em suas práticas.

Defendemos que os letramentos digitais na EJA não são meras ferramentas de acesso à tecnologia, mas uma questão política de reparação social. Compreender as percepções docentes é essencial para formular políticas educacionais mais inclusivas, que reconheçam o papel da tecnologia na perpetuação das desigualdades, mas também suas possibilidades de resistência e reapropriação pelos sujeitos da EJA.

### **As “gentes da EJA” e a subcidadania educacional**

A EJA se constitui como um espaço de resistência e resgate da cidadania para aqueles que, ao longo de suas trajetórias, foram sistematicamente excluídos do sistema educacional. O conceito de “gentes da EJA”, cunhado por Ferreira (2024), abarca não apenas aqueles formalmente matriculados nessa modalidade, mas também sujeitos que, por múltiplas razões, construíram sua relação com a educação a partir da exclusão, da precariedade e do apagamento social. Esses sujeitos enfrentam desafios que extrapolam a ausência da escolarização formal, pois suas trajetórias são marcadas pela marginalização em diferentes

esferas da vida, incluindo o acesso à informação, aos direitos básicos e, mais recentemente, às tecnologias digitais.

O conceito de subcidadania educacional proposto pelo autor nos permite compreender como a estrutura educacional tradicional reproduz desigualdades ao negligenciar as especificidades dos alunos da EJA, tratando-os como se fossem apenas “casos excepcionais” dentro de um sistema desenhado prioritariamente para crianças e adolescentes. Como enfatiza Ferreira (2024), as “gentes da EJA” vivem um processo duplo de exclusão: por um lado, foram privadas do direito à educação em suas infâncias e juventudes; por outro, carregam o estigma social de uma sociedade que associa a escolarização tardia à falta de mérito ou interesse.

A noção de subcidadania educacional, central na obra de Ferreira (2024), dialoga com as contribuições teóricas de Robert Castel (2010) e Jessé Souza (2018; 2023). Castel compreende a subcidadania como um estado de fragilidade dos laços sociais, no qual certos indivíduos são excluídos dos fluxos essenciais que garantem acesso à cidadania plena, como a educação e o trabalho. Para ele, a precarização desses vínculos condena os sujeitos a uma condição de marginalidade estrutural, que se perpetua intergeracionalmente. Já Jessé Souza amplia esse conceito ao destacar a subcidadania como um mecanismo de hierarquização social, pelo qual determinados grupos são sistematicamente desprovidos de reconhecimento pleno como cidadãos. Inspirado na teoria crítica do reconhecimento social e na noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (2011), Souza argumenta que essa exclusão não é apenas um efeito da desigualdade econômica, mas um dispositivo ativo de reprodução das estruturas de poder. Ferreira (2024), por sua vez, aplica esses conceitos ao contexto da EJA, demonstrando que as “gentes da EJA” não enfrentam apenas um déficit de escolarização formal, mas um processo contínuo de negação de direitos e de invisibilização social. Partimos disso para afirmar que negação de direitos e de invisibilização social se atualiza nos desafios da inserção digital e no impacto da necroalgoritmização sobre esses sujeitos.

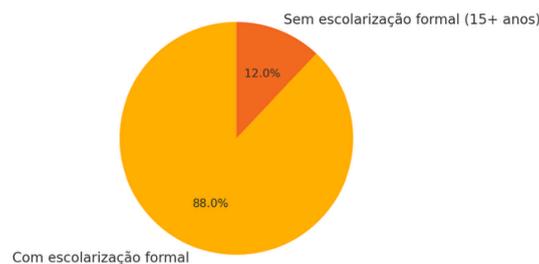
Essa exclusão tem implicações concretas na vida dos idosos da EJA, que muitas vezes enfrentam barreiras para acessar benefícios sociais, realizar operações bancárias e navegar no mundo digital. Conforme pontua Ferreira (2024), a subcidadania não se limita à ausência de certificação escolar, mas inclui a falta de reconhecimento como sujeitos plenos de direitos, o que se reflete, por exemplo, na dificuldade de acesso a serviços públicos cada vez mais digitalizados.

Nesse sentido, o retorno à escolarização na EJA não é apenas um ato de retomada da educação formal, mas um processo de reconstrução identitária e de luta por cidadania. Como afirma Ferreira (2024), as salas de aula da EJA são mais do que espaços de aprendizagem; são territórios de reconstrução de dignidade e pertencimento. Assim, a educação de adultos e idosos deve ser compreendida como um direito humano fundamental, pois ultrapassa a função de alfabetização e escolarização, alcançando dimensões políticas, sociais e econômicas que impactam diretamente a vida desses sujeitos.

Nos municípios do Maciço de Baturité, onde se insere esta pesquisa, essa realidade é ainda mais evidente. Dados do Censo da Educação Básica (Brasil, 2022) indicam que, entre a população cearense com 15 anos ou mais, aproximadamente 12% nunca tiveram acesso à escolarização formal. Essa distribuição revela uma exclusão intergeracional persistente, que ultrapassa o acesso à educação básica e repercute diretamente na inserção digital e na participação social em um cenário cada vez mais mediado por tecnologias. Conforme mostra a figura 1, trata-se de um contingente expressivo no contexto estadual e, como detalhado na figura 2, mais da metade desse grupo é composta por pessoas com 60 anos ou mais (Ferreira, 2025).

Figura 1 – Distribuição da população cearense com 15 anos ou mais quanto à escolarização formal

Distribuição da População Cearense (15+ anos) quanto à escolarização formal

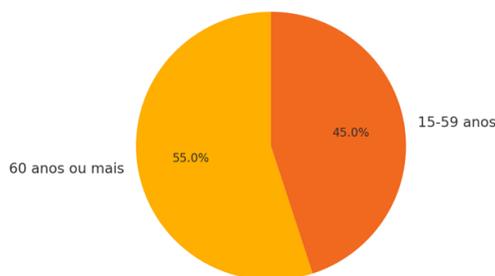


Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Censo da Educação Básica (Brasil, 2022).

A figura 1 apresenta a proporção da população cearense com 15 anos ou mais que nunca teve acesso à escolarização formal. Embora a maioria possua algum grau de escolarização, o contingente de 12% sem acesso a esse direito básico permanece significativo, revelando desigualdades históricas que se perpetuam no tempo. A análise desse grupo se aprofunda na figura 2, que evidencia a dimensão etária dessa exclusão.

Figura 2 – Distribuição etária do grupo sem escolarização formal (15 anos ou mais)

Distribuição interna dos sem escolarização formal (12%)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do Censo da Educação Básica (Brasil, 2022).

A figura 2 detalha a composição etária do grupo sem escolarização formal, mostrando que mais da metade é formada por pessoas com 60 anos ou mais. Esse dado reforça o caráter intergeracional da exclusão educacional e explica, em parte, a vulnerabilidade digital enfrentada por idosos na EJA, tema central das análises desenvolvidas neste artigo.

Dessa forma, compreender as “gentes da EJA” e a subcidadania educacional torna-se um passo fundamental para discutir como essa população idosa é impactada pela digitalização dos serviços e pelas barreiras impostas por um mundo cada vez mais mediado por algoritmos. Essa discussão nos leva a refletir sobre os letramentos digitais críticos e a necroalgoritmização, que são os próximos eixos desta fundamentação teórica.

### **Letramentos digitais críticos: empoderamento e inclusão**

No contexto contemporâneo, a compreensão dos letramentos ultrapassa a mera habilidade de decodificar textos escritos, abrangendo práticas sociais que envolvem múltiplas linguagens e tecnologias. Nesse sentido, os letramentos digitais críticos emergem como uma abordagem que não apenas integra as tecnologias digitais ao processo educativo, mas também promove uma análise reflexiva e crítica sobre os usos e impactos dessas tecnologias na sociedade.

Colin Lankshear e Michele Knobel (2007) destacam que os novos letramentos digitais estão intrinsecamente ligados às práticas sociais e culturais dos indivíduos, enfatizando a necessidade de uma perspectiva que considere as dimensões operacionais, culturais e críticas do letramento. Essa abordagem reconhece que as tecnologias digitais não são neutras; elas

carregam consigo valores e ideologias que podem reforçar ou desafiar estruturas de poder existentes.

De acordo com o nosso estudo, para as “gentes da EJA”, especialmente os idosos que retornam ao ambiente escolar, o letramento digital crítico torna-se uma ferramenta essencial de empoderamento. Ao desenvolver habilidades que lhes permitem não apenas utilizar as tecnologias, mas também questionar e compreender os sistemas que as permeiam, esses indivíduos podem superar barreiras impostas pela exclusão digital e participar de maneira mais ativa e consciente na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, Kleiman (1995) reforça que as práticas de letramento devem estar contextualizadas nas realidades sociais dos aprendizes, promovendo uma educação que valorize os saberes prévios e as experiências de vida dos alunos. No caso dos idosos da EJA, isso implica reconhecer e respeitar suas trajetórias, integrando as tecnologias de forma que façam sentido em seus cotidianos e contribuam para a melhoria de sua qualidade de vida.

No entanto, a inserção das “gentes da EJA” no mundo digital não está isenta de desafios. A falta de familiaridade com as novas tecnologias, aliada a sistemas digitais que muitas vezes não consideram as especificidades dessa população, pode resultar em novas formas de exclusão e marginalização. É nesse contexto que se torna crucial discutir o conceito de necroalgoritmização.

### **Necroalgoritmização e a exclusão digital das “Gentes da EJA”**

Se a educação já foi historicamente utilizada como um mecanismo de inclusão e exclusão social, na era digital essa dinâmica se intensifica por meio dos algoritmos e das inteligências artificiais que filtram, classificam e decidem quem tem acesso a serviços e quem é deixado à margem. O conceito de necroalgoritmização, formulado por Araújo (2025), descreve como os algoritmos atuam na produção de desigualdades estruturais, promovendo uma gestão algorítmica da vida e da morte social de determinados grupos. Esse conceito dialoga diretamente com a noção de necropolítica, de Achille Mbembe (2018), que evidencia como os Estados modernos e os sistemas tecnológicos decidem quais vidas são dignas de proteção e quais são descartáveis.

No contexto das “gentes da EJA”, a necroalgoritmização se manifesta de diversas maneiras, sobretudo no acesso à cidadania digital. Como discutido por Benjamin (2019) e Noble (2021), os algoritmos não operam de maneira neutra; pelo contrário, carregam

consigo vieses que podem reforçar dinâmicas de exclusão. Um exemplo claro é a digitalização de serviços públicos essenciais, como programas sociais e benefícios previdenciários, que muitas vezes exigem um cadastro online ou o uso de aplicativos específicos. Para idosos da EJA que não dominam essas tecnologias, essa exigência se transforma em um obstáculo intransponível, resultando na exclusão de políticas que deveriam garantir sua segurança e dignidade.

O racismo algorítmico, amplamente debatido por Buolamwini e Gebru (2018), Noble (2021), Silva (2022) e Araújo (2024), evidencia como os sistemas automatizados refletem, reproduzem e amplificam desigualdades estruturais, operando discriminações baseadas em raça, classe e gênero. No caso dos idosos da EJA, essa exclusão assume um caráter interseccional, pois articula fatores etários, socioeconômicos e educacionais, aprofundando as dinâmicas da necroalgoritmização. Para esses sujeitos, os desafios não se restringem à dificuldade no uso das plataformas digitais, mas envolvem um processo mais amplo de invisibilização estrutural, promovido pelos próprios sistemas que deveriam incluí-los.

A ausência de interfaces acessíveis para indivíduos com baixa escolaridade, somada à inexistência de suporte presencial para aqueles que não sabem ler e escrever, configura um mecanismo concreto de necroalgoritmização no âmbito da EJA. Essa exclusão opera de modo silencioso e automatizado, deixando esses sujeitos fora do sistema sem que esse processo seja reconhecido como um ato explícito de marginalização, mas, sim, como um efeito colateral da transformação digital.

Além disso, a bancarização compulsória do digital tem sido um dos principais mecanismos de necroalgoritmização dos idosos na EJA. Como indicam as falas dos professores analisadas nesta pesquisa, muitos alunos se tornam vítimas de golpes financeiros por não compreenderem os processos automatizados de cobrança e contratação de serviços bancários. As operadoras de telefonia, os bancos digitais e os serviços financeiros baseados em aplicativos impõem notificações e comandos pouco transparentes, levando idosos a assinar serviços desnecessários ou a enfrentar dificuldades para acessar seu próprio dinheiro. Esse fenômeno restringe sua autonomia e coloca sua sobrevivência econômica em risco, reforçando o papel dos algoritmos na administração da precariedade social.

Outro aspecto relevante é a governança algorítmica da educação. A crescente digitalização dos processos educacionais, como o uso de diários eletrônicos e plataformas online, impacta não apenas os alunos da EJA, mas também seus professores. Conforme

apontam Ferreira (2024) e Kleiman (1995), a ausência de formação adequada para o uso crítico das tecnologias nas escolas pode aprofundar desigualdades, tornando o acesso ao ensino ainda mais excludente para aqueles que já enfrentam barreiras educacionais históricas. Se os próprios professores relatam dificuldades com o uso das plataformas digitais de ensino, como esperar que seus alunos idosos consigam se inserir nesse novo cenário tecnológico?

Portanto, discutir a necroalgoritmização no contexto da EJA significa compreender como os sistemas algorítmicos não apenas marginalizam, mas ativamente gerenciam a exclusão das “gentes da EJA”, dificultando seu acesso a direitos básicos, promovendo a invisibilização digital e restringindo sua capacidade de exercer plenamente sua cidadania.

Diante do exposto, percebemos que a exclusão educacional das “gentes da EJA” não se restringe ao passado, mas se atualiza nos desafios do mundo digital. A subcidadania educacional (Ferreira, 2024) não apenas nega o acesso à escolarização formal, mas também condiciona a forma como esses sujeitos experienciam a tecnologia e são afetados pelos algoritmos. A ausência de letramentos digitais críticos (Lankshear; Knobel, 2007; Kleiman, 1995) impede que essas pessoas compreendam e contestem os mecanismos que regulam sua vida social e econômica, perpetuando sua vulnerabilidade.

A necroalgoritmização (Araújo, 2024) emerge, assim, como um conceito-chave para entender como os sistemas digitais operam na gestão da exclusão e precarização da vida dos idosos da EJA. Seja por meio da exclusão de serviços públicos essenciais, da vulnerabilidade a golpes financeiros ou da invisibilização no sistema educacional digitalizado, esses sujeitos encontram-se em um limbo entre o direito formal à educação e a negação prática de uma participação plena na sociedade digital.

Dessa forma, compreender as falas dos professores da EJA sobre os desafios e potencialidades dos letramentos digitais na educação de idosos não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso político com a justiça social e a inclusão digital. A partir da análise dessas falas, buscamos contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas educacionais e digitais que reconheçam e combatam as desigualdades algorítmicas, garantindo que os idosos da EJA sejam reconhecidos não apenas como aprendizes, mas como cidadãos plenos do mundo digital.

## Metodologia

Realizamos esta pesquisa no âmbito do projeto de extensão *Vozes da EJA Brasil-África: conversa com quem ensina e aprende*, vinculado ao Observatório Vozes da EJA Brasil-África. O projeto busca promover diálogos e formações docentes nas escolas de EJA da rede pública do Maciço de Baturité<sup>4</sup>, no Ceará, por meio de oficinas, encontros presenciais e rodas de conversa mediadas pela equipe de pesquisadores.

Embora o projeto atue em toda a região, delimitamos este estudo às formações realizadas em 2024 nos municípios de Redenção, Mulungu e Aracoiaba, que juntos representam 23% do Maciço. Todas as escolas que ofertam EJA nessas localidades participaram do estudo, o que possibilitou um panorama representativo das percepções docentes sobre o letramento digital e a necroalgoritmização. Os participantes, professores e professoras de EJA, aderiram voluntariamente à pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para preservar suas identidades, utilizamos pseudônimos inspirados no universo digital (Prof. Link, Profa. Bit, Prof. Pixel etc.).

A coleta dos dados ocorreu nas rodas de conversa conduzidas durante as formações. Gravamos os encontros em áudio e transcrevemos integralmente, de forma literal, todas as falas dos docentes logo após cada atividade. A partir dessas transcrições, realizamos uma leitura flutuante inicial para familiarização e identificação de padrões emergentes nas falas. Em seguida, aplicamos um processo de codificação aberta e manual, sem uso de softwares especializados, organizado em planilhas digitais que permitiram marcar e agrupar segmentos tematicamente. Optamos por não utilizar softwares porque o volume de dados, embora rico, era manejável de forma manual e possibilitava maior proximidade interpretativa com as narrativas docentes.

A definição das categorias analíticas seguiu um procedimento híbrido e sistemático, conciliando dois critérios: 1) Recorrência empírica, considerando temas que apareciam repetidamente nas falas; 2) Relevância teórica, relacionando esses temas aos conceitos centrais da pesquisa (subcidadania educacional, letramentos digitais críticos e necroalgoritmização). O cruzamento desses critérios resultou em quatro categorias principais:

---

<sup>4</sup> O Maciço de Baturité é uma região serrana localizada no estado do Ceará, caracterizada por seu clima ameno e biodiversidade preservada. Composto por 13 municípios – Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção –, o Maciço abriga importantes instituições de ensino, entre elas a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), cuja sede está situada no município de Redenção, cidade historicamente reconhecida por ter sido a primeira do Brasil a abolir a escravidão, em 1883.

(1) digital como autonomia social e financeira; (2) memória digital como extensão da identidade; (3) medo da fraude e da vulnerabilidade; e (4) bancarização compulsória do digital. Essa estratégia garantiu que a análise não se limitasse a percepções isoladas ou impressões subjetivas, mas fosse ancorada em parâmetros claros e coerentes com a fundamentação teórica.

Para tornar mais clara a sistematização do processo analítico e dar maior transparência à construção dos resultados, organizamos as quatro categorias emergentes em um quadro síntese (Quadro 1). Nele, apresentamos cada categoria acompanhada de uma breve descrição e de um exemplo de fala representativo extraído das rodas de conversa. Esse recurso visual permite compreender como os relatos docentes se distribuíram tematicamente e como dialogam com os conceitos de subcidadania educacional, letramentos digitais críticos e necroalgoritmização que orientaram a pesquisa.

Quadro 1 – Categorias de análise, descrições e exemplos de falas

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXEMPLO DE FALA
Digital como autonomia social e financeira	Explora como o domínio de ferramentas digitais (Pix, aplicativos bancários) amplia a autonomia dos idosos na gestão de finanças e acesso a serviços.	“Agora eu tô pagando até de noite, porque com o Pix eu aprendi a pagar sem precisar sair de casa.”
Memória digital como extensão da identidade	Analisa como recursos visuais e multimodais (fotos em aplicativos) funcionam como extensão da memória e identidade de idosos que não dominam a escrita alfabética.	“Professora, eu procurei a senhora [no meu zap] e não achei! Cadê a sua foto?”
Medo da fraude e da vulnerabilidade	Discute o receio dos idosos diante de golpes e armadilhas digitais, revelando vulnerabilidades criadas por interfaces confusas e notificações enganosas.	“Se você apertar OK, você está assinando algo e vai pagar sem nem saber.”
Bancarização compulsória do digital	Examina como sistemas financeiros digitalizados impõem práticas compulsórias (adesão a serviços sem consentimento), resultando em endividamento e exclusão social.	“Descobrimos que a conta de luz vinha com desconto de farmácia que ninguém pediu e não podia cancelar.”

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Com base nesses procedimentos metodológicos e nas quatro categorias sintetizadas no Quadro 1, avançamos para a apresentação e análise dos dados. Na seção seguinte, discutimos como essas categorias se manifestam nas falas docentes, articulando os relatos às noções de

subcidadania educacional, letramentos digitais críticos e necroalgoritmização. Essa análise busca não apenas descrever as percepções dos professores, mas compreender de que modo elas revelam os desafios estruturais e as possibilidades de resistência presentes no cotidiano da EJA.

### **Análise e discussão dos dados**

Nesta seção, apresentamos a análise das falas dos professores da EJA geradas durante as formações docentes realizadas nos municípios de Redenção, Mulungu e Aracoiaba, no contexto do referido projeto de extensão. A categorização dos dados revelou **4 eixos temáticos**, os quais exploramos a seguir, articulando as percepções docentes aos conceitos de subcidadania educacional (Ferreira, 2024), letramentos digitais críticos (Lankshear & Knobel, 2007; Kleiman, 1995) e necroalgoritmização (Araújo, 2025).

#### **1. O digital como autonomia social e financeira**

A nossa pesquisa mostra que a relação dos idosos da EJA com a tecnologia está diretamente ligada à sua autonomia, sobretudo no que diz respeito ao acesso a serviços essenciais e à gestão de suas finanças. Durante as formações, muitos professores relataram que seus alunos, ao aprenderem a usar aplicativos bancários, sistemas de pagamento digital e até mesmo ferramentas básicas de comunicação, passaram a experimentar um novo nível de independência, reduzindo sua dependência de familiares ou terceiros.

A Prof. Byte, por exemplo, compartilhou o caso de um aluno que, ao aprender a utilizar o Pix, percebeu que poderia pagar suas contas a qualquer momento, sem precisar se deslocar até uma agência bancária:

*Agora eu tô pagando até de noite, porque com o Pix eu aprendi a pagar sem precisar sair de casa. Antes, se fosse sexta-feira depois das cinco horas, eu tinha que pagar só na segunda e ainda com juros. Agora eu sei que posso pagar a qualquer hora e não perco dinheiro à toa. (Prof. Byte, reproduzindo a fala de seu aluno)*

A experiência relatada pela Prof. Byte evidencia uma mudança significativa na relação dos idosos da EJA com o mundo digital, demonstrando como o domínio das tecnologias financeiras pode representar um avanço concreto em sua autonomia cotidiana. O relato de seu

aluno reflete não apenas uma adaptação técnica ao uso do Pix, mas uma transformação mais ampla, relacionada ao direito à inclusão financeira e ao reconhecimento enquanto sujeito capaz de gerir seus próprios recursos. Essa vivência se insere em um cenário mais amplo de subcidadania educacional, no qual os sujeitos da EJA historicamente enfrentaram exclusões múltiplas que vão além da ausência de escolarização formal, atingindo também sua participação no mercado de trabalho e seu acesso a bens e serviços essenciais.

Ferreira (2024) argumenta que as “gentes da EJA” não são apenas indivíduos em defasagem escolar, mas sujeitos cuja história de exclusão estrutural os coloca em um estado de precariedade cidadã, negando-lhes o direito pleno ao aprendizado e à participação ativa na sociedade. No contexto digital, essa subcidadania se manifesta na dependência de terceiros para realizar operações bancárias ou acessar benefícios sociais. Dessa forma, ao aprender a utilizar o Pix, esse aluno não apenas adquiriu uma nova habilidade técnica, mas rompeu com uma condição de vulnerabilidade, reduzindo sua dependência de parentes ou vizinhos para efetuar pagamentos e ampliando sua capacidade de negociar o tempo e o espaço de sua própria vida financeira.

Sob a ótica dos letramentos digitais críticos (Lankshear & Knobel, 2007; Kleiman, 1995), essa aprendizagem transcende o domínio instrumental da ferramenta e revela um aspecto essencial do conceito: a capacidade de compreender, questionar e interagir criticamente com as tecnologias que estruturam a vida social e econômica. Para Kleiman (1995), os letramentos não são apenas competências técnicas isoladas, mas práticas sociais situadas, que devem ser analisadas a partir das relações de poder que moldam seu uso e acesso. Assim, aprender a utilizar o Pix não é apenas um ato funcional, mas um processo de inserção no mundo digital que transforma a relação desse sujeito com sua própria cidadania.

Contudo, essa conquista não pode ser interpretada de forma simplista ou dissociada do contexto mais amplo da exclusão digital. Se, por um lado, o aprendizado do Pix representa um avanço na autonomia financeira, por outro, a crescente digitalização dos serviços bancários tende a aprofundar desigualdades, excluindo aqueles que não conseguem acompanhar essa transição tecnológica. No contexto da EJA, essa exclusão não é uma ocorrência isolada, mas uma realidade estrutural, configurando-se mais como regra do que exceção. Diante disso, a digitalização impõe desafios sistêmicos que ultrapassam a mera adaptação ao uso das tecnologias, como discutiremos nas próximas categorias.

## 2. A memória digital como extensão da identidade

Para muitos idosos da EJA, a dificuldade em ler e escrever faz com que o celular e as ferramentas digitais assumam um papel de memória assistida, funcionando como uma extensão de sua identidade e permitindo que construam estratégias alternativas para se localizar no mundo. Acerca disso, a Profa. Cache relatou um episódio emblemático, no qual uma aluna demonstrou sua total dependência das imagens para reconhecer contatos em seu celular:

*Professora, eu procurei a senhora [no meu zap] e não achei! Cadê a sua foto?* (Profa. Cache, reproduzindo a fala de sua aluna)

O relato da Profa. Cache ilustra uma dinâmica complexa e paradoxal do letramento digital no contexto da EJA. A aluna, ao buscar a professora em seus contatos do WhatsApp, não a encontrou porque a reconhecia não pelo nome escrito, mas pela imagem associada ao perfil. Embora esse episódio revele uma limitação imposta pela ausência de letramento alfabético, ele também demonstra um nível significativo de letramento digital emergente, pois a aluna já desenvolveu estratégias para navegar no ambiente digital, apropriando-se de recursos alternativos para contornar sua dificuldade de leitura alfabética. A utilização das imagens como referência não é um fenômeno isolado; crianças que ainda não dominam o código escrito frequentemente se valem de recursos visuais e da oralidade para se comunicar digitalmente, um fenômeno observado por Lankshear e Knobel (2007) ao discutirem a pluralidade dos novos letramentos e a importância da multimodalidade no aprendizado.

Contudo, diferentemente de uma criança que está em fase inicial de alfabetização, essa aluna idosa ainda não sabe ler porque foi sistematicamente excluída da escola e das oportunidades de letramento ao longo da vida. Ferreira (2024) argumenta que a subcidadania educacional se manifesta justamente nesse tipo de apagamento estrutural, no qual sujeitos da EJA não apenas tiveram sua escolarização negada na infância, mas continuam enfrentando barreiras para acessar a escrita e seus desdobramentos na vida social e econômica. Sua dependência das imagens para se localizar no ambiente digital não pode ser romantizada, pois não se trata de uma escolha ou de um recurso alternativo espontâneo, mas de uma estratégia de sobrevivência num mundo onde a escrita continua sendo uma barreira de acesso a direitos, informação e participação cidadã.

Nesse cenário, a atuação da Profa. Cache assume centralidade como mediação pedagógica e tecnológica ao intervir de maneira criativa na lista de contatos da aluna. Ela

reorganizou os contatos no aparelho, reescrevendo em caixa alta os nomes dos contatos mais próximos, filhos, netos, colegas de sala e a própria professora, para que a aluna idosa pudesse associar mais facilmente as letras às imagens de perfil e, assim, fortalecer o reconhecimento entre código escrito e representação visual.

Esse gesto, aparentemente simples, possui grande potência pedagógica, pois transforma o celular em um espaço de aprendizagem situada, no qual o letramento digital se articula a práticas de alfabetização funcional. Mais do que resolver um problema imediato de comunicação, a professora abre caminho para que a aluna comece a atribuir sentido às palavras escritas em seu cotidiano digital, promovendo uma reapropriação crítica da tecnologia (Kleiman, 1995) e deslocando-a de um lugar de mera usuária para o de participante ativa do circuito comunicacional. O que a professora fez não foi apenas ensinar a aluna a encontrar seus contatos com mais facilidade; foi inseri-la em um circuito de comunicação que, até então, a excluía.

Esse episódio ilustra o que Lankshear e Knobel (2007) chamam de práticas situadas de letramento digital, ou seja, processos de aprendizado que ocorrem em contextos específicos, a partir das necessidades reais dos sujeitos. Naquele momento, o aprendizado não se deu por meio de um manual ou de um curso formal, mas, sim, em um processo interativo e social, no qual a professora atuou como facilitadora, permitindo que a tecnologia deixasse de ser uma barreira e se tornasse um meio de aproximação.

Entretanto, a questão central que se impõe é: até que ponto o letramento digital pode compensar a ausência de letramento alfabético? Se essa aluna continuar dependendo exclusivamente das imagens para se localizar no WhatsApp, sua autonomia digital será sempre limitada àquilo que a tecnologia permite, e não ao que ela efetivamente compreende. Como Ferreira (2024) ressalta, a subcidadania educacional se manifesta não apenas na exclusão escolar, mas na naturalização das barreiras que impedem esses sujeitos de acessar plenamente os sistemas de comunicação e informação. O papel da professora, nesse sentido, não foi apenas instrumentalizar o uso do celular, mas abrir uma possibilidade para que a aluna começasse a construir novas formas de leitura e escrita no ambiente digital, criando pontes entre os letramentos tradicionais e as novas práticas tecnológicas.

Esse caso revela, portanto, a dualidade do letramento digital na EJA: ele pode ser uma ferramenta de inclusão e acesso, mas também pode reforçar desigualdades se não for acompanhado de um processo crítico que promova a autonomia real dos sujeitos. O desafio,

então, não é apenas ensinar o uso da tecnologia, mas garantir que esses aprendizados sejam acompanhados de uma ampliação das oportunidades de letramento que fortaleçam a inserção social e cidadã dos alunos da EJA.

### **3. O medo da fraude e da vulnerabilidade no ambiente digital**

A insegurança no uso das tecnologias é um fator que limita a participação dos idosos da EJA no mundo digital. Muitos professores relataram casos em que seus alunos foram vítimas de golpes financeiros ou tiveram dificuldades para interpretar notificações bancárias e contratos digitais. A Profa. Firewall relatou a experiência de um aluno que quase assinou um serviço pago sem perceber:

*“Meu aluno veio depressa e disse assim: ‘Professora, o que é isso aqui?’. Era uma mensagem da operadora Tim perguntando ‘Cancelar ou OK’. Eu disse: ‘Se você apertar OK, você está assinando algo e vai pagar sem nem saber’.” (Profa. Firewall)*

O relato da Profa. Firewall revela um aspecto fundamental da necroalgoritmização, um processo que não apenas exclui digitalmente determinados sujeitos, mas os torna vítimas de um sistema desenhado para explorar sua vulnerabilidade. O aluno que se viu diante da decisão de apertar “Cancelar” ou “OK” não estava simplesmente diante de uma escolha neutra, mas sim de um mecanismo algorítmico projetado para confundi-lo e, possivelmente, induzi-lo ao endividamento. Como discute Araújo (2025), a necroalgoritmização opera silenciosamente ao estruturar barreiras tecnológicas que segregam aqueles que não dominam a lógica digital, criando um sistema que os penaliza justamente por sua condição de exclusão anterior. O problema aqui não está apenas na dificuldade técnica do aluno em interpretar a notificação, mas no fato de que esse tipo de armadilha contratual é estrategicamente direcionado para aqueles que, por falta de letramento digital crítico, são mais suscetíveis ao erro e à exploração financeira.

Esse episódio ilustra como a governança algorítmica pode operar não para proteger o usuário, mas para expô-lo a riscos financeiros invisíveis. Em um mundo onde os contratos digitais são aceitos com um simples toque na tela, a assimetria de informação entre empresas e usuários se converte em uma forma de gestão da precariedade social. Os idosos da EJA, que muitas vezes não possuem acesso a orientações explícitas sobre o funcionamento das

plataformas digitais, encontram-se à mercê de sistemas que os categorizam como consumidores desinformados e, portanto, alvos fáceis para práticas predatórias. O simples ato de pressionar “OK” não representa apenas um gesto mecânico, mas um passo involuntário rumo a um ciclo de dívida que pode se perpetuar sem que o usuário tenha plena compreensão do que assinou.

A atuação da professora, nesse contexto, não pode ser vista apenas como um auxílio pontual, mas como um ato pedagógico essencial, que evidencia o papel da mediação docente na construção dos letramentos digitais críticos. Como argumentam Lankshear e Knobel (2007), o letramento digital não se limita ao domínio instrumental das tecnologias, mas deve incluir a compreensão crítica dos sistemas que operam por trás delas. A Profa. Firewall não apenas ensinou seu aluno a evitar cair em um golpe financeiro, mas lhe deu uma ferramenta cognitiva para interpretar futuras interações digitais com maior consciência e cautela. Seu papel foi crucial para que esse estudante idoso não apenas se protegesse daquela situação específica, mas também começasse a desenvolver uma postura mais questionadora diante das interfaces digitais que encontra em seu cotidiano.

Esse caso evidencia a urgência de integrar discussões sobre letramentos digitais críticos na EJA, pois os desafios enfrentados por esses alunos vão além da dificuldade de aprender a usar um celular ou um aplicativo. Como apontam Kleiman (1995) e Ferreira (2024), a exclusão educacional desses sujeitos não pode ser vista apenas como uma lacuna escolar do passado, mas como um fator ativo que molda sua relação com o presente digital. Na perspectiva de Araújo (2025), portanto, a necroalgoritmização se perpetua justamente quando esses sujeitos não encontram suporte educacional para compreender como as tecnologias os afetam estruturalmente.

#### **4. A bancarização compulsória do digital**

Um dos impactos mais graves da necroalgoritmização no contexto da EJA é o que aqui denominamos de bancarização compulsória, ou seja, a obrigatoriedade de lidar com sistemas financeiros digitais para acessar serviços básicos. Observemos dois casos emblemáticos. O primeiro nos foi trazido pela Profa. Crypto, a seguir

*[Minha aluna] disse que foi ao Baturité, perto do Banco do Nordeste, e uma mulher ofereceu um cartão de crédito. A mulher disse: ‘Tem que ter o nome*

*limpo'. Aí a aluna disse: 'Meu nome é limpo, não devo nada a ninguém'." Aí a mulher foi fazer lá e constou que o CPF dela tava sujo, ela ficou muito chateada, voltou pra casa aí. Aí eu [disse], vamos ver lá no celular e fui ver as mensagens dela e tinha uma cobrança de uma pessoa que tinha feito uma compra no celular dela e ela disse: 'Só pode ter sido uma sobrinha minha que pegou meu nome emprestado pra comprar uns remédios pra emagrecer' (Profª. Crypto).*

E o segundo caso nos chega por meio da professora Data.

*Ei, professora, deixa eu só te dizer uma coisa sobre a conta de luz. Não foi só um caso, foram todos. Quando cheguei na sala, só ouvi o barulho deles reclamando que a conta tinha vindo muito cara e ninguém sabia o motivo. Eu disse: tragam as contas amanhã. Eles trouxeram, e descobrimos que o pessoal da ENEL estava passando nas casas e ativando um serviço que dava desconto em farmácias, mas sem avisar que descontava na conta. Todo mês vinha setenta a oitenta reais a mais. Eles tentaram cancelar, mas a ENEL só permite o cancelamento depois de três anos. (Professora Data)*

Os relatos das professoras Crypto e Data evidenciam uma das facetas mais perversas da necroalgoritmização no contexto da EJA: o controle financeiro e a precarização da autonomia econômica por meio de sistemas automatizados que operam à margem da compreensão dos usuários mais vulneráveis. A aluna da Profª. Crypto descobre, de forma abrupta, que seu CPF está negativado sem nunca ter contraído uma dívida diretamente, o que revela não apenas um problema de desinformação, mas uma prática sistêmica de gestão da exclusão financeira. Como discutem Araújo (2025) e Benjamin (2019), a lógica dos algoritmos bancários não se limita à organização de dados sobre crédito, mas funciona como uma ferramenta de segmentação social, categorizando indivíduos de acordo com perfis de risco pré-definidos que muitas vezes não correspondem à realidade de suas trajetórias financeiras.

No caso da aluna da Profª. Crypto, seu endividamento involuntário decorreu de um uso indevido de seus dados pessoais por terceiros, um problema recorrente entre idosos da EJA que não possuem domínio sobre os mecanismos de segurança digital e de gestão financeira online. A facilidade com que uma sobrinha utilizou seu nome para, por meio do celular da idosa, realizar compras sem consentimento demonstra que, para esses sujeitos, a identidade digital não é um espaço sob seu controle, mas um território vulnerável a invasões e fraudes.

No entanto, a questão mais grave é o impacto dessa classificação bancária automatizada: ao ser inserida na lista de inadimplentes sem sequer ter conhecimento da dívida, a idosa perde o direito ao crédito e se torna ainda mais excluída do sistema financeiro formal, sendo empurrada para soluções alternativas de crédito, frequentemente mais abusivas e onerosas. O que se observa aqui é um mecanismo de exclusão algorítmica, que reforça a subcidadania econômica desses sujeitos, retirando deles a possibilidade de participar plenamente das dinâmicas do consumo e da gestão financeira.

O fenômeno do etarismo algorítmico se agrava quando analisamos o relato da Profa. Data. Sua experiência com os alunos revela que as operadoras de serviços essenciais, como a ENEL, operam dentro de um modelo semelhante de ocultação e extração financeira, onde cobranças indevidas são incorporadas às contas de luz sem que os consumidores tenham sido devidamente informados ou tenham dado um consentimento explícito para a adesão ao serviço. O fato de que todos os alunos afetados só descobriram o problema depois que a professora interveio demonstra como a ausência de letramento digital crítico impede que essas pessoas contestem os sistemas automatizados que gerenciam suas despesas básicas. Como discutem Lankshear e Knobel (2007) e Kleiman (1995), o letramento digital crítico não se limita ao uso instrumental das tecnologias, mas implica a capacidade de compreender e questionar as estruturas que regulam sua presença no mundo digital. Para os idosos da EJA, essa ausência de letramento não significa apenas dificuldade em usar um aplicativo ou ler uma mensagem bancária, mas uma incapacidade de resistir à exploração financeira disfarçada de serviço legítimo.

O caso dos descontos aplicados à conta de luz sem aviso prévio e a impossibilidade de cancelamento antes de três anos revelam um sistema que não apenas extrai recursos financeiros dos mais vulneráveis, mas os prende em uma lógica de consumo forçado, da qual eles só podem escapar após um longo período de perdas acumuladas. Essa dinâmica reflete o que Araújo (2025) define como necroalgoritmização financeira, um processo no qual sistemas automatizados administram a precariedade econômica de determinadas populações, não apenas impedindo sua ascensão financeira, mas estruturando a permanência de sua vulnerabilidade.

Diante desse cenário, o papel das professoras da EJA vai muito além do ensino tradicional. Tanto a Profa. Crypto quanto a Profa. Data atuam como mediadoras da inclusão digital e financeira, ajudando seus estudantes idosos a compreenderem como os sistemas

bancários e de serviços operam para extrair valor deles sem o devido consentimento. No caso da Profa. Data, a escolha de trabalhar com textos reais que circulam no cotidiano dos idosos, como as faturas de luz, revela uma prática pedagógica atenta às necessidades concretas de seus alunos e alinhada a uma perspectiva de letramento situado.

Ao solicitar que trouxessem as faturas da ENEL, a professora não apenas esclareceu cobranças abusivas, mas transformou aquele documento aparentemente banal em um instrumento de reflexão crítica e mobilização coletiva contra injustiças sistêmicas. Esse gesto evidencia como as professoras da EJA, mesmo atuando em condições de trabalho marcadas pela precarização e pela falta de estabilidade, pois, muitas delas sem vínculo efetivo com a rede, constroem práticas de alto nível nos municípios do Maciço de Baturité.

As docentes dessa modalidade de ensino se colocam ao lado dos alunos na luta por direitos, tornando-se, de certo modo, parte das próprias “gentes da EJA” descritas por Ferreira (2004), já que também enfrentam processos de desvalorização e invisibilidade institucional. Ao assumirem essa posição, as professoras não se limitam a ensinar conteúdos na medida em que criam pontes entre a experiência vivida e o universo escolar, demonstrando que o letramento digital crítico pode operar como ferramenta de emancipação individual e, sobretudo, como catalisador de resistência coletiva.

Esses relatos evidenciam que a exclusão digital dos idosos da EJA não é um efeito colateral do avanço tecnológico, mas um elemento estruturante da desigualdade contemporânea, reforçado por sistemas algorítmicos que automatizam a exclusão e transformam a precariedade em um modelo de negócio lucrativo. Ao trazerem esses problemas à tona e ao ensinarem seus alunos a reconhecerem e contestarem essas práticas, as professoras da EJA demonstram que o letramento digital crítico não é apenas um direito, mas uma necessidade urgente para que esses sujeitos possam reivindicar sua cidadania plena e se proteger das armadilhas impostas pela era digital.

## **Conclusões**

A análise das falas dos professores da EJA evidencia que os letramentos digitais para idosos vão muito além do simples acesso às tecnologias, revelando um cenário marcado por exclusões estruturais, vulnerabilidades financeiras e processos sofisticados de necroalgoritmização. Embora os professores percebam que a inserção digital pode ampliar a autonomia social e financeira dos idosos, eles também reconhecem que essa inclusão ocorre

de maneira desigual, muitas vezes expondo esses sujeitos a novas formas de precarização e exploração.

Os dados analisados mostram que os idosos da EJA desenvolvem estratégias próprias de navegação no mundo digital, como o uso da memória visual em substituição à leitura escrita. No entanto, essas soluções alternativas não garantem plena autonomia, pois os sistemas digitais operam com barreiras ocultas, dificultando o acesso seguro e consciente a serviços bancários, plataformas governamentais e benefícios sociais. A resistência ao uso da tecnologia, que até pode ser interpretada como desinteresse, reflete, na verdade, o medo real de prejuízos financeiros, fraudes e exclusão econômica, reforçando o impacto da necroalgoritmização no cotidiano desses sujeitos que sofrem a violência do etarismo algorítmico.

A nossa pesquisa também evidencia que os sistemas algorítmicos não são neutros, pois classificam e segmentam usuários de acordo com critérios que favorecem aqueles já inseridos no mundo digital, ao mesmo tempo em que invisibilizam e penalizam aqueles que não dominam suas regras operacionais. A bancarização compulsória do digital e os processos de endividamento involuntário demonstram que a lógica da automação financeira exclui os idosos da EJA e os transforma em alvos preferenciais de práticas predatórias, consolidando sua posição de subcidadania digital.

Diante desse cenário, os professores da EJA assumem um papel fundamental como mediadores dos letramentos digitais críticos, ampliando a compreensão de seus alunos sobre o funcionamento das tecnologias e seus impactos sociais. No entanto, a atuação docente, por si só, não é suficiente para reverter esse quadro. Faz-se necessária a implementação de políticas públicas voltadas para a justiça algorítmica, garantindo que a inclusão digital não seja apenas um meio de consumo forçado, mas um direito efetivo à participação cidadã no mundo digital.

Concluimos, portanto, que os letramentos digitais na EJA não podem ser reduzidos a um conjunto de habilidades técnicas, mas precisam ser abordados como um campo de disputa política e social, no qual a educação tem o potencial de romper com os processos de exclusão e criar estratégias de resistência contra os mecanismos de necroalgoritmização que impactam a vida dos idosos. Apenas por meio de uma abordagem crítica e estruturada será possível transformar a tecnologia em uma ferramenta real de inclusão e emancipação para as “gentes da EJA”.

Embora este estudo tenha contribuído para a compreensão dos desafios e potencialidades dos letramentos digitais na EJA sob a ótica dos professores, reconhecemos que o tema é mais amplo do que conseguimos abarcar aqui. Torna-se essencial aprofundar investigações sobre a experiência direta dos idosos no ambiente digital, ampliando a escuta para além da mediação docente. Além disso, futuros estudos podem examinar como políticas públicas e modelos de governança algorítmica influenciam a exclusão digital e financeira desses sujeitos, considerando o papel das empresas de tecnologia e do setor financeiro na necroalgoritmização. Também é necessário explorar as estratégias de resistência dos idosos, pois há indícios de que criam formas próprias de lidar com os sistemas algorítmicos. Uma pesquisa longitudinal permitiria acompanhar os efeitos da inserção digital na EJA ao longo do tempo, revelando impactos e limitações das iniciativas pedagógicas voltadas ao letramento digital crítico. Assim, este artigo não busca encerrar o debate, mas estimular novas reflexões sobre as relações entre tecnologia, educação e exclusão na EJA.

## Referências

ARAÚJO, J. *Necroalgoritmização: notas para definir o racismo algorítmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2025.

ARAÚJO, J. Racismo algorítmico e microagressões nas redes sociais. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, vol. 18, pp. e1849, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/DLv18a2024-49>. Acesso em: 10 out. 2024

BENJAMIN, R. *Race after technology: abolitionist tools for the New Jim Code*. Cambridge: Polity Press, 2019.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução: Daniela Kern; Guilherme Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2022.

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of the 1st Conference on Fairness, Accountability and Transparency*, v. 81, p. 77–91, 2018. Disponível: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a/buolamwini18a.pdf>, Acesso em: 23 fev. 2025.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2010.

FERREIRA, L. *Gentes da EJA: além da subcidadania e da exclusão*. Curitiba: CRV, 2024.

FERREIRA, L. *Redução por gotejamento: uma década de corrosão silenciosa da EJA e a reinvenção nos territórios*. Curitiba: CRV, 2025.

KLEIMAN, Â. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

LANKSHEAR, C; KNOBEL, M. *New literacies: everyday practices and social learning*. McGraw-Hill Education, 2007.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOBLE, U. S. *Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo*. Tradução Felipe Damorim. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

SILVA, T. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições SESC, 2022.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: uma leitura alternativa do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SOUZA, J. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

## **“IF YOU PRESS OK, YOU WILL PAY WITHOUT KNOWING”: NECROALGORITHMIZATION AND DIGITAL LITERACIES IN ADULT EDUCATION**

**ABSTRACT:** This article examines the perceptions of Adult Education (EJA) teachers regarding the challenges and possibilities of digital literacies for elderly learners, with a particular focus on the implications of necroalgorithmization. This qualitative study was conducted within the framework of an extension project aimed at providing continuous teacher training. The analyzed data, collected through discussion circles, were transcribed and thematically categorized. The theoretical framework draws on Ferreira (2024) regarding educational subcitizenship, Lankshear and Knobel (2007) and Kleiman (1995) on critical digital literacies, and Araújo (2025) on the concept of necroalgorithmization. The findings reveal that while digital literacy holds emancipatory potential, the absence of critical support renders elderly individuals vulnerable to systemic exclusions, including involuntary indebtedness, financial fraud, and barriers to accessing essential services. The analysis highlights processes such as the compulsory digitization of financial services and algorithmic invisibility, demonstrating that the challenges extend beyond mere technological inclusion. We argue that digital literacies in EJA are not merely a technical issue but a pressing political and social concern, necessitating public policies aimed at algorithmic justice and the right to digital citizenship.

**KEYWORDS:** Necroalgorithmizatio, Critical digital literacies, Educational subcitizenship, Adult Education.